



30608634



08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (30675606)

Data	28/01/2025	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Cristina Nine Biscaia	SENACON
2	Eduardo Barros	SENACON
3	João Pimenta Staub	SENACON
4	Maria do Carmo R. Macedo	SENAJUS
5	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
6	Priscilla Oliveira	SENASP
7	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
8	Núbia Augusto de Sousa Rocha	ANPD
9	Danyela Félix	ANPD
10	David Lima Freitas	SPO
11	Ludmila Horta	PF
12	Daniel Russo	PF
13	Monique Rodrigues	PF
14	André Vilaron	CADE
15	Bruna Cardoso dos Santos	CADE
16	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF

17	Isabelle Henriques	PRF
18	Arlene Cruz Morais	SAJU
19	Ewandjoecy Francisco de Araújo	SAJU
20	Ana Carolina Rocha de Carvalho	SENAPPEN
21	Lício Joaquim da Silva Rêgo	SENAPPEN
22	Helena Melo Moura	SENAD
23	Luciana Melo	SENAD
24	Denise de Carvalho Pires Fulton	SENAD
25	Glauberito Alves	CGOF/SPO/SE
26	Bruna Ignácio Moreira	CGGE/SPO/SE

Pauta da reunião (30675782)	<ol style="list-style-type: none">1. Gestão de Políticas Públicas2. Monitoramento das Políticas Públicas no âmbito do MJSP3. Informes Gerais4. Encaminhamentos
--	---

1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, deu início à reunião ordinária da CT-CGE, às 15 horas, do dia 28 de janeiro de 2025, de forma presencial na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Agradeceu a participação dos presentes e ressaltou a importância da retomada dos trabalhos da Comissão. Realizou-se uma rodada de apresentações para expor as mudanças ocorridas na composição dos membros do colegiado. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (30675782)
2. Em seguida, foi apresentada a estrutura atual da Carteira de Políticas Públicas do MJSP, com uma breve explicação de cada uma de suas partes e do processo de formulação. Informou-se que, após a revisão das políticas públicas do Ministério ocorrida em 2024, algumas delas foram reformuladas e agrupadas, resultando na redução do número total. Adicionalmente, foi apresentado o site no SharePoint, plataforma que reúne os instrumentos de gestão de políticas públicas. Ressaltou-se que a fase quantitativa do monitoramento dessas políticas está em curso desde o exercício anterior, por meio de indicadores coletados e inseridos no mesmo sistema utilizado pelo Planejamento Estratégico. As coletas são inseridas no sistema até o dia 10 de cada mês pelos servidores designados pelas respectivas unidades. O Sr. David também comentou a situação atual desse monitoramento.
3. Em seguida, ao avançar para o próximo tópico da pauta, foi manifestada a intenção de iniciar o monitoramento qualitativo de 2024 das políticas públicas. O Coordenador da CT-CGE destacou que essa etapa representa uma oportunidade para evidenciar o bom trabalho realizado por cada unidade. Ele solicitou, além do registro das entregas concretas e dos resultados alcançados ao longo do exercício, um recorte dessas informações em relação às agendas transversais do Ministério. Também será requisitada a identificação dos instrumentos utilizados na execução das políticas, bem como das dificuldades enfrentadas e das soluções adotadas; os programas, planos e ações sob responsabilidade da unidade ou de outros órgãos; os riscos identificados e as estratégias adotadas para mitigação; e, por fim, informações relevantes sobre a avaliação dos resultados da política no período. O registro dessas informações será feito por meio de formulário disponibilizado via SEI MJ. Com base nessas devolutivas, será elaborado o Relatório de Monitoramento de 2024, consolidando as respostas obtidas.

4. Outro ponto discutido na reunião foi a dinâmica dos trabalhos para 2025. Foi informado que as apresentações de monitoramento terão início na reunião da CT-CGE de fevereiro, com reuniões mensais, sendo que cada uma abordará duas políticas públicas. Cada unidade terá 15 minutos para apresentar, abordando o objetivo da política, os resultados dos indicadores, o status dos Projetos Estratégicos, as principais entregas e o orçamento. Ele solicitou que as unidades integrem o monitoramento dos instrumentos estratégicos, com foco na relação das ações realizadas com os demais instrumentos, e pediu maior integração entre as áreas de orçamento e estratégia. Após cada apresentação, será aberta uma janela para atualização do detalhamento da política. Destacou-se a necessidade de atualizar a base legal, vincular as ações às entregas das políticas específicas e alinhar o orçamento vigente (LOA) aos instrumentos estratégicos, como o PPA 2024-2027, as Políticas Públicas, a Cadeia de Valor, o PNSP, os ODS, a EFD e o Planejamento Estratégico 2024-2027. Foram apresentadas e aprovadas as duas primeiras políticas a serem discutidas no dia 25 de fevereiro, além do calendário de apresentações até junho. Também foi sugerido um modelo para as apresentações, que incluirá o contexto e objetivo da política, resultados dos indicadores (PP, PPA e PE), status dos projetos estratégicos, principais resultados/entregas da Política e execução orçamentária relacionada. Espera-se que as unidades consigam apresentar de forma integrada o monitoramento dos instrumentos estratégicos, apresentando as ações executadas até o momento na política pública escolhida e como está se relaciona com os demais instrumentos, permitindo assim, a análise do andamento das atividades na Política Pública, Planejamento Estratégico, Plano Plurianual e Orçamento. Por fim, o Sr. Ronaldo Nogueira, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECL, destacou a importância desse instrumento para o Ministério e para a sociedade, enfatizando que ele demonstra controle e conhecimento sobre as políticas públicas, além de reforçar o comprometimento de todos com esse trabalho.
5. Em seguida, foram apresentados os informes gerais, incluindo uma explicação sobre o acompanhamento físico-financeiro, que consiste na prestação de contas sobre a utilização dos recursos públicos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOPI), responsável pela gestão orçamentária. Destacou-se que cada ação e plano orçamentário possuem produto e meta, e que os servidores devem registrar essas informações no sistema. A comparação dos dados entre os diversos instrumentos revelou inconsistências, evidenciando a falta de integração entre eles. Dado que esse acompanhamento faz parte do sistema de planejamento e orçamento, é essencial que o colegiado atue de forma coordenada, garantindo maior consistência nos registros e evitando divergências que comprometam a análise e o alinhamento das metas. O Sr. Ronaldo complementou que essa dissonância entre os dados e informações transmite a impressão de falta de controle e conhecimento sobre as políticas, recursos e entregas do Ministério, reforçando a importância da sinergia entre as unidades. Foi exposto também alguns painéis que compilam os números do Ministério, permitindo uma visão mais clara e estruturada das informações. O Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças, da Secretaria de Acesso à Justiça, Sr. Ewandjôcy de Araujo, enfatizou a relevância da sensibilização das chefias para o engajamento das instâncias superiores nos assuntos desta comissão técnica.
6. Outro ponto discutido foram as observações sobre o Relatório de Gestão, com destaque para o Ofício Circular nº 110 (SEI 29944146) do processo SEI nº 08011.000087/2024-83, enviado às unidades. Ressaltou que o prazo para envio das informações pelas unidades finalísticas à CGGE encerrou-se em 20 de janeiro e que os dados estão sendo analisados. Além disso, abordou-se o monitoramento do PPA, referenciando o Ofício Circular nº 114 (SEI nº 30020868) do Processo SEI nº 08011.000099/2024-16, cujo prazo de envio finalizou em 22 de janeiro. Com isso, reforçou-se a importância do cumprimento dos prazos e da qualidade das informações enviadas, assegurando um monitoramento eficaz e alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério.
7. Na sequência, foi informada a data da próxima reunião da CT-CGE, agendada para o dia 25 de fevereiro de 2025, às 15 horas, quando serão discutidas as políticas previamente estabelecidas.
8. Encerrada a pauta, após os esclarecimentos das dúvidas das unidades, o Sr. David agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

- Envio pela CGGE para as unidades:
 - Apresentação da reunião CT-CGE;
 - Ata de Reunião;
 - Manual da CT-CGE;
 - Planilha de Pontos Focais; e
 - Modelo de apresentação do monitoramento e calendário.



Documento assinado eletronicamente por **LUDIMILA GOMES DE AMORIM MOTA**, **Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 09:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 13/02/2025, às 10:51, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA**, **Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 13/02/2025, às 11:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLE DE MORAIS HENRIQUES**, **Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 13:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Rocha de Carvalho**, **Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos - Substituto(a)**, em 14/02/2025, às 10:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Augusto de Sousa Rocha**, **Usuário Externo**, em 16/02/2025, às 19:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **IBERIA APARECIDA COSTA ONOFRE**, **Coordenador(a) de Orçamento**, em 17/02/2025, às 14:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane da Costa Almeida**, **Diretor(a) de Gestão de Ativos e Justiça**, em 17/02/2025, às 15:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA**, **Coordenador(a) de Administração**, em 17/02/2025, às 15:36, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana da Silva Melo**, **Colaborador(a) Eventual**, em 17/02/2025, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ediane de Assis Bastos**, **Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 18/02/2025, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO**, **Coordenador(a) de Planejamento, Orçamento e Finanças**, em 19/02/2025, às 16:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS**, **Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 24/02/2025, às 19:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30608634** e o código CRC **A9164C1D**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.